



Brasília, de 8 setembro de 2021.

BOLSONARO ACIRRA A CRISE POLÍTICA ENTRE OS PODERES E SE ISOLA

Após a realização dos atos de 07 de setembro, em que Bolsonaro buscou articular sua base de apoio, da população que hoje atinge de 20% a 24% (dados do IPEC), para anunciar a intenção de levar a cabo um golpe de estado. As declarações feitas pelo presidente em São Paulo e Brasília, tinham o caráter de campanha eleitoral. O tom do discurso de Bolsonaro nos atos foi de acusação aos demais poderes, além de ameaçar não cumprir as determinações do Ministro de Alexandre Moraes e dos outros magistrados do STF, novamente defendeu o impeachment de ministros e o voto impresso. Porém, em meio às crises sociais e econômicas que o país atravessa, não fez nenhum comentário ou apresentou qualquer proposta referente a essa pauta. A ação de Bolsonaro ampliou a crise na sua base partidária e nos demais poderes. Partidos como PSD e PSDB, MDB dentre outros que compõem o centrão, começam a avaliar o desembarque do governo e apreciar a possibilidade de apoiar os mais de 100 pedidos de impeachment de Bolsonaro que estão parados na Câmara ou construir um novo pedido. Isso aumenta a pressão sobre o presidente da Câmara, Arthur Lira PP, que se pronunciou hoje (08/09) propondo a política conciliação entre os poderes e propondo discutir a pauta política. Já o presidente do STF, Luiz Fux em seu discurso de abertura dos trabalhos no supremo, afirmou que identificou nas atitudes do presidente durante os atos, o crime de responsabilidade, e deverá ser avaliado pelo congresso nacional, o que poderá torná-lo inelegível. Todos os sinais dados por Bolsonaro buscam a ruptura com as instituições, inclusive utilizando de fakes News em suas redes sociais para isso. Os atos de rua do dia 07 de setembro elevaram o tom no debate em Brasília sobre quais serão os rumos do governo Bolsonaro. O 27º Grito dos Excluídos aumentou a pressão da população sobre o governo. Os atos arrastaram para as ruas mais de 300 mil pessoas em mais de 200 cidades, pelo país e em sete países da Europa (Portugal, Espanha, Itália, Bélgica, Inglaterra, França e Alemanha), sem nenhum registro de incidentes na luta democrática e contra a tentativa de golpe. O governo apostou no conflito nas ruas para justificar a sua ação de repressão e golpismo. Fato que não ocorreu, frustrando os planos de Bolsonaro. A mobilização de rua cada vez mais abre perspectivas de ampliação da luta, pois Bolsonaro atingiu o limite da sua bolha política de apoio e também já apresentou todos os seus argumentos na disputa de narrativa sobre a concepção de democracia. Essa semana a temperatura política vai subir, pois a manifestação dos presidentes do STF e da Câmara poderá acarretar mais pressão sobre o governo golpista. A tarefa dos movimentos sindical e sociais é manter a mobilização e pressão sobre os parlamentares para que não votem a PEC 32, que está prevista para os dias 15 e 16 de setembro e também para que seja pautado o pedido de impeachment. A Direção Nacional da FASUBRA, presente em Brasília com uma representação, participou dos atos contra a Reforma Administrativa e do Grito dos Excluídos. Fez também a cobertura dos atos nos estados, com transmissão ao vivo e participação representantes de entidades de base. A DN FASUBRA orienta que as entidades de base participem das ações em seus estados, nos aeroportos e nos escritórios políticos dos parlamentares. Orienta, ainda, que as entidades enviem representação a Brasília para participar da jornada de lutas, convocada pelas entidades que compõem o FONASEFE, acompanhar a votação e participar do ato convocado pelas centrais sindicais.

NÃO A PEC 32 !
#FORABOLSONAROEMOURÃO!



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

FASUBRA REALIZA VIII ENCONTRO NACIONAL DE APOSENTADOS, APOSENTADAS, APOSENTANDOS (AS) E PENSIONISTA

A FASUBRA realizará nos dias 23 e 24 de setembro, das 14 às 18 horas, o VIII Encontro Nacional de Aposentados/as, Aposentandos/as e Pensionistas. Será o segundo encontro totalmente virtual, e contará com os palestrantes: Marília Duque, Doutora em Comunicação e Políticas de Consumo, com tese em Smartphones, Saúde e Envelhecimento; Hartur Marcel Torres da Silva, Psicólogo, Especialista em Saúde do Idoso, Desinstitucionalização, Psicologia de Grupo e Comunitária; Cláudio Santos, Advogado Especializado em Assessoria e Consultoria a Entidades Associativas Sindicais e atuação perante os Tribunais Superiores; Luna Ramacciotti, Advogada, Mestre em Direito e Garantias Fundamentais, Especialista em Direito do Trabalho; e do Coral Vozes do Cerrado do SINT-IFESgo.

Os temas a serem debatidos relacionam-se à saúde mental e física da pessoa idosa na Pandemia, inclusão digital, e os prejuízos do Decreto 10.620 na vida dos/das aposentados/as e pensionistas das universidades, que passam a ter suas aposentadorias administradas pelo INSS.

Participem!

ATO SHOW CONTRA A PEC 32 - SOS SERVIÇO PÚBLICO



Servidoras e servidores públicos estão mobilizados desde o ano passado contra a proposta de emenda à constituição número 32, que ficou conhecida como Reforma Administrativa. Caso aprovada, a Reforma irá sucatear e restringir atendimento e direitos sociais, trabalhistas e humanos à população, especialmente a parcela mais pobre que depende dos postos de saúde, creches, escolas, da Justiça do Trabalho. No mês de agosto, com a proximidade dos momentos decisivos da tramitação desta PEC no Congresso, diversas entidades representantes dos servidores públicos lançaram a campanha



#SOSServiçoPúblico. O objetivo é ganhar força na luta contra a PEC 32 e ecoar a voz do servidor público. A campanha tem ganhado apoio de artistas e influenciadores digitais, como Paulo Betti, Simone Mazzer e Zeca Baleiro, que fará um ato show em favor do Serviço Público no dia 8 de setembro. Zeca Baleiro contra a PEC 32 - A live SOS Serviço Público terá como principal atração o cantor Zeca Baleiro e contará com participações especiais de convidados. Será transmitido pelo canal no youtube da Midia Ninja no dia 8 de setembro às 20 horas.

Assista pela página da FASUBRA

GOVERNO SOFRE DERROTA NA VOTAÇÃO DA MP 1045

A MP 1045, trata sobre o projeto que Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho, institui o Programa Primeira Oportunidade e Reinserção no Emprego (Priore), o Regime Especial de Trabalho Incentivado, Qualificação e Inclusão Produtiva (Requip) e o Programa Nacional de Prestação de Serviço Social Voluntário e dá outras providências. No fundo ela trata de uma minirreforma Trabalhista prevista na Medida Provisória (MP) nº 1045 é inconstitucional, ela retira direitos trabalhistas como férias, 13º salário, diminui o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e dificulta a fiscalização dos auditores do trabalho, entre outras maldades, como salários menores a zero de direitos em alguns tipos de novos contratos de trabalho. retira direitos trabalhistas como férias, 13º salário, diminui o valor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e dificulta a fiscalização dos auditores do trabalho, entre outras maldades, como salários menores a zero de direitos em alguns tipos de novos contratos de trabalho. Porém mantém as vantagens para os empresários apoiadores do governo, foi apresentado um conjunto de jabutis pelos deputados e aprovado na câmara, porém a pressão das entidades e as denúncias feitas pelo conjunto dos trabalhadores, fez com que ela fosse rejeitada pelo senado impondo uma derrota para o governo. Essa vitória dos trabalhadores demonstra que as ações de mobilização tem efeito positivo e contribui para fortalecer a luta contra outras pautas que se encontram na câmara e atingem os direitos dos trabalhadores.

II MARCHA NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS

"Não lutar com a mesma arma do inimigo, não significa que estamos desarmadas"

Reunindo mulheres de todos os biomas, as guerreiras da ancestralidade dão início, neste 7/09, à Marcha Nacional e assumem a linha de frente para enterrar de vez o "Marco Temporal"; o evento se estende até 11/09 Neste 7 de setembro, mulheres indígenas guerreiras da ancestralidade de todos os biomas começam a chegar em Brasília para a II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, organizada pela Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (Anmiga). Com o tema "Mulheres originárias: Reflorestando mentes para a cura da Terra", o evento se estende até o dia 11 de setembro, com intensa programação. Com a força das ancestrais, saberes, tradições e lutas que se somam e convergem juntando mulheres de todos os biomas brasileiros, este primeiro dia da Marcha, 7 de setembro, tem sido dedicado à acolhida das delegações com atividades de orientações e testagem para Covid-19. Até o momento, são 4 mil mulheres, de 150 povos indígenas, reunidas durante três dias de atividades no espaço da Fundação Nacional de Artes (FUNARTE), em Brasília. Toda a programação do encontro pode ser acessada no site: <https://anmiga.org/marcha-das-mulheres/> Desde o início das atividades, os indígenas que estão na capital federal em defesa de seus direitos, estão sofrendo diversos



ataques racistas e tentativas de intimidações por parte de pessoas contrárias às pautas do movimento. “Todos os ataques que se enquadram em crimes de racismo, injúria, calúnia e difamação serão devidamente denunciados para que sejam tomadas medidas cabíveis, bem como as condutas de intimidação e ofensas”, assegura a coordenação da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. As guerreiras da ancestralidade assumem a linha de frente para enterrar de vez o “Marco Temporal”. A tese defendida por ruralistas restringe os direitos indígenas e está em análise no Supremo Tribunal Federal (STF). Após a apresentação de todas as sustentações orais que teve participação de vozes indígenas, considerada por nós mulheres como marco na história do movimento, realizada na semana passada, a previsão é de que a sessão da Corte desta quarta-feira, 8, retome o julgamento que irá definir o futuro de todas as terras indígenas no Brasil. “Estamos em busca da garantia de nossos territórios, pelas que nos antecederam, para as presentes e futuras gerações, defendendo o meio ambiente, este bem comum que garante nossos modos de vida enquanto humanidade. Para além de mero recurso físico, é igualmente morada dos espíritos das florestas, dos animais e das águas da vida como um todo, fonte de nossos conhecimentos ancestrais”, afirma a coordenação da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. Na capital federal e nos territórios, os povos indígenas têm se mobilizado há três semanas em defesa de seus direitos originários e contra a agenda anti-indígena do governo Bolsonaro e do Congresso Nacional.

Mobilização na capital

A Anmiga, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e todas as suas organizações de base reforçam que o propósito da mobilização em Brasília é protestar de forma pacífica por direitos e acompanhar o julgamento no STF, em apoio aos ministros e às ministras do Supremo, contra a tese do “Marco Temporal”. “Na Luta a gente até passa perfume, mas se banha com proteção! Não lutar com a mesma arma do inimigo, não significa que estamos desarmadas”, afirma Célia Xakriabá, da organização da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas. Priorizando o bom funcionamento da II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, o acampamento conta com múltiplas equipes, entre elas, jurídica, de segurança, saúde, comunicação e coordenação. Todas as equipes são coordenadas pelas mulheres guerreiras da ancestralidade dos seis biomas, em aliança com as guerreiras indígenas, junto com líderes e caciques. Seguindo os protocolos sanitários, todas as delegações foram orientadas a priorizar a participação de pessoas que tiveram seu ciclo de imunização contra a Covid-19 completo. O uso de máscara durante as atividades é obrigatório, assim como a testagem na chegada e no retorno das delegações ao território, cumprindo período de quarentena. A equipe de saúde da Marcha conta com profissionais indígenas, que estão atuando em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Fundação Oswaldo Cruz de Brasília e do Rio de Janeiro (Fiocruz DF e RJ), Ambulatório de Saúde Indígena da Universidade de Brasília (Asi/UNB), Secretaria de Saúde do Distrito Federal e Hospital Universitário de Brasília (HUB).

Serviços

O quê: II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas

Quem: Mulheres Indígenas de todos os biomas brasileiros.

Organização: Anmiga - Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade

Quando: De 7 a 11 de setembro de 2021

Onde: Em Brasília, na Funarte **Programação:** <https://anmiga.org/>



ASSEMBLÉIA NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SETOR PÚBLICO E EMPRESAS ESTATAIS

É urgente fortalecermos a luta em defesa dos serviços públicos e contra a Reforma Administrativa (PEC 32)! Bolsonaro, Paulo Guedes e Arthur Lira estão ansiosos para colocar em votação a PEC 32 e acabar de vez com a saúde, educação, segurança e demais serviços públicos. Não podemos permitir! Participe da Assembleia Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Setor Público e das empresas estatais. Nesta sexta-feira (10), às 18 horas, pela plataforma online Zoom. Vamos debater e organizar os próximos e urgentes passos da luta contra a Reforma Administrativa. O evento é aberto aos servidores públicos municipais, estaduais, federais e de empresas estatais. As inscrições podem ser feitas pelo site contrapec32.com.br, das 8 horas do dia 8 de setembro até as 15 horas do dia 10 de setembro (limite de 1000 vagas). Participe, junte-se a nós e diga não à PEC 32!

Acompanhe nossos canais e fique atualizado:

Site

<https://contrapec32.com.br/>

Facebook

<https://www.facebook.com/contraapec32>

YouTube

<https://www.youtube.com/c/ContraaPEC32>

Instagram

<https://www.instagram.com/contraapec32/>

Twitter

<https://twitter.com/contraapec32>

CALENDÁRIO	
SETEMBRO	
07 a 11	II Marcha Nacional das Mulheres Indígenas
09 e 10	Reunião da DN FASUBRA
10	ASSEMBLEIA NACIONAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO SETOR PÚBLICO E EMPRESAS ESTATAIS
10 e 11	Pressão nos parlamentares nos escritórios políticos, nas bases eleitorais e aeroportos
13	Atos e pressão nos aeroportos
14 a 16	Jornada de luta contra a PEC 32
23	Dia Internacional contra a exploração sexual e o tráfico de Mulheres e Crianças
23 e 24	Encontro Nacional dos Aposentados, Aposentadas e aposentandos